

Greve da Polícia Civil completa hoje 70 dias

Agentes fazem mais uma assembleia para decidir o rumo da maior paralisação da história da corporação. Até ontem, não havia acordo entre governo e sindicato

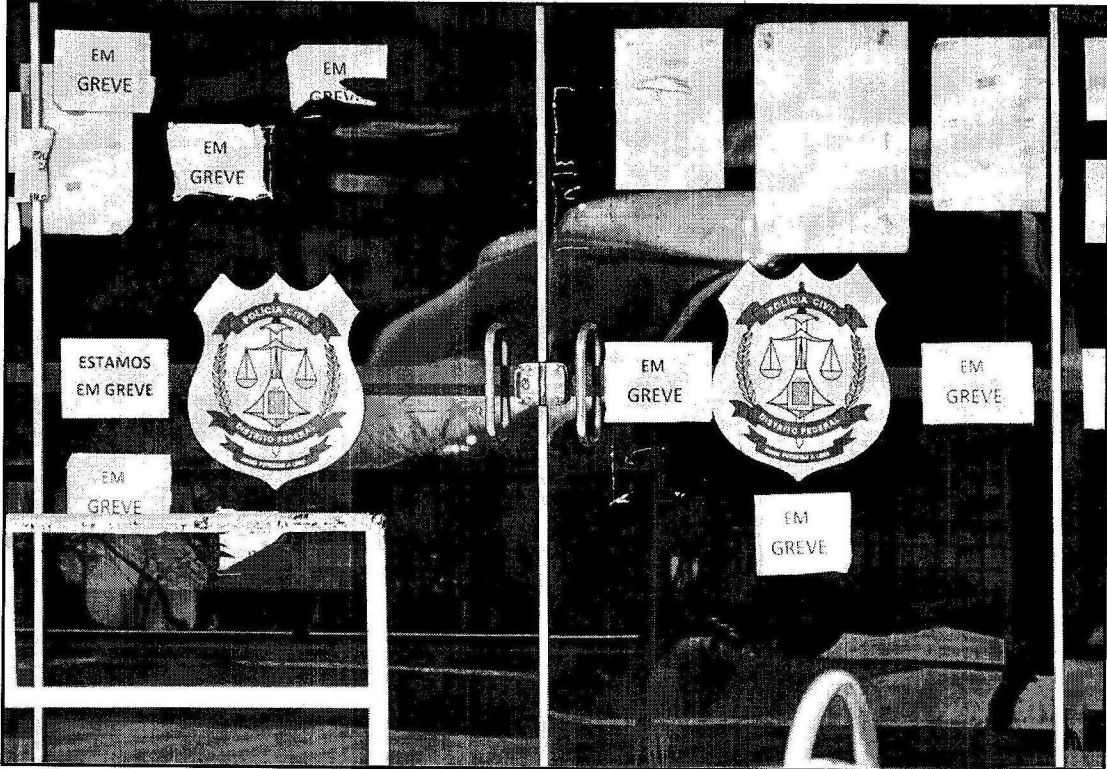
» AMANDDA SOUZA
» ANA MARIA CAMPOS

A greve da Polícia Civil chega a 70 dias sem um acordo que encerre a maior paralisação da história da categoria no Distrito Federal. Os policiais participam hoje de assembleia, às 8h, sem possibilidade de encerrar o movimento. Enquanto isso, a população sofre com as consequências da mobilização por melhorias salariais. As delegacias só têm registrado ocorrências de crimes considerados mais graves. Ficam sem atendimento ilícitos como furto, lesão corporal, injúria e acidentes de carro.

A professora de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) Carolina Lopes de Araújo é uma das pessoas prejudicadas pela greve. Ela sofreu um acidente de carro, sem vítima, em 28 de setembro, e registrou uma ocorrência pela internet. No entanto, o BO ainda não foi homologado. Sem o registro oficial, ela não tem condições de acionar o seguro para custear e realizar o conserto do veículo. “Já fez um mês e até hoje não resolvi. Uma coisa tão simples, mas que pela greve, acaba nos prejudicando”, disse.

Desde março do ano passado, esta é a quarta paralisação dos policiais civis do DF. A primeira greve foi deflagrada em 3 de março de 2011. De lá para cá, passaram-se 610 dias. Desses, em 133 os agentes ficaram de braços cruzados, o equivalente a 22%. Significa dizer que, a cada cinco dias, os policiais deixaram de trabalhar em um. Ontem à tarde, a reportagem percorreu cinco delegacias (na Asa Sul, no Cruzeiro, no Núcleo Bandeirante e no Guará) e só conseguiu encontrar duas pessoas tentando registrar ocorrências, todas sem sucesso. A estudante Raquel Santos, 27 anos, teve os documentos roubados há quase dois meses e, até hoje, não conseguiu tirar uma segunda via.

Ed Alves/CB/D.A Press - 28/9/12



Delegacia de Samambaia: movimento nas unidades policiais diminuiu devido à paralisação dos agentes

“O policial disse que não era nada grave e que não podia me ajudar. Assim fica difícil”, reclamou.

O diretor-geral da Polícia Civil, Jorge Xavier, diz que a orientação é de que todos os crimes sejam investigados. “Os delegados-chefes têm essa orientação, independentemente de qual seja a ocorrência”, afirma. Ele ressalta ainda que os casos que não forem registrados deverão ser revistos. Segundo a categoria, não atender situações simples da população faz parte da cartilha da greve. “Qualquer dificuldade que a população (nos casos mais simples) tenha, deve procurar a delegacia quando a greve acabar”, afirmou o presidente do Sindicato de Policiais Civis do DF, Ciro de Freitas. O sindicalista não tem qualquer expectativa positiva quanto à assembleia de hoje. “O governo não se posicionou neste período, não oficializou nenhuma proposta. Por isso, a greve deve continuar, mas

tudo pode acontecer”, ressaltou.

O secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, por meio de sua assessoria, informou que não houve acordo e que apenas três questões poderão ser atendidas: o aumento do efetivo, o plano de saúde e a renomeação e transformação nos cargos de agentes penitenciários. “Para esse ano, o aumento é inviável. A secretaria e o GDF reconhecem o movimento, mas só fará o que está dentro do possível. Independentemente de qualquer reajuste, está nos planos do governo encontrar uma solução que valorize todas as carreiras de segurança pública”, ressaltou.

Queda de braço

Uma queda de braço política impede o encerramento da greve. A categoria exige um aceno público do governo de que atenderá a reivindicação financeira, o mesmo reajuste de 15,8% concedido pela presidente Dilma Rousseff aos delegados da Polícia Federal (PF). O Executivo, por sua vez, até está disposto a conceder o aumento à classe — escalonado em três anos —, desde que os policiais voltem à atividade. Negociar com servidores em paralisação significa, na visão do governo, abrir brechas para que outras categorias,

como policiais e bombeiros militares, se animem a deflagrar também um movimento grevista que pode provocar um impacto ainda mais grave na segurança pública.

Em reuniões com representantes do governo, dirigentes do Sinpol saíram com uma proposta de aumento para todos os 500 delegados e 6,4 mil agentes da Polícia Civil, ao contrário do que ocorreu na esfera federal, onde apenas os delegados e peritos terão o reajuste parcelado em três anos, a partir de 2013 até 2015. Os agentes da PF não aceitaram a negociação com o governo federal. Dilma engrossou e eles saíram do movimento sem nenhum centavo previsto a mais no contracheque em 2013.

Para sindicalistas que mantêm a greve há mais de dois meses, o encerramento do movimento sem um ganho pecuniário confirmado pode significar uma derrota na classe. Por decisão judicial, pelo menos 80% da categoria devem trabalhar. A estratégia dos policiais tem sido comparecer à delegacia, mas só registrar as ocorrências mais graves. Dessa forma, não há como configurar a falta que poderia levar ao corte no ponto. A população, no entanto, não está sendo atendida plenamente numa prestação de serviços essencial.